



Projeto Estratégia para construção
do arcabouço técnico e jurídico para
Reposição Hídrica na Amazônia:

Resumo Executivo

Secretaria do
Meio Ambiente



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

Foto: Dirce Quintino





Projeto Estratégia para construção
do arcabouço técnico e jurídico para
Reposição Hídrica na Amazônia:
RESUMO EXECUTIVO

Fundação Amazônia Sustentável (FAS)
Manaus - AM
2022

Secretaria do
Meio Ambiente



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL (FAS)

Superintendência

Superintendente Geral: Virgílio Viana

Superintendente de Desenvolvimento Sustentável de Comunidades:

Valcléia Solidade

Superintendente de Inovação e Desenvolvimento Institucional: Victor Salviati

Superintendente Administrativo-Financeiro: Luiz Villares

Superintendente de Gestão e Planejamento: Michelle Costa

Programa de Soluções Inovadoras (PSI)

Gerência: Gabriela Sampaio

Proponente do projeto

Governo do Estado do Amazonas

Supervisão do projeto

Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema)

Eduardo Costa Taveira: Secretário de Estado

Apoio: Coca-Cola Brasil

Projeto “Estratégia para construção do arcabouço técnico e jurídico para Reposição Hídrica na Amazônia”: Resumo Executivo

Coordenação executiva: Giovana Figueiredo

Contribuinte da equipe técnica: Danielly Araujo

Texto: Alex Jordan Oliveira Mendonça

Revisão: Giovana Figueiredo, Rayandra Araújo,
Gabriela Sampaio, Letícia Ávila e Júlia de Freitas

Projeto gráfico: Up Comunicação

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Projeto "estratégia para construção do arcabouço técnico e jurídico para reposição hídrica na Amazônia" [livro eletrônico] : resumo executivo / Fundação Amazônia Sustentável. -- Manaus, AM : Fundação Amazônia Sustentável, 2022. PDF.

Bibliografia.

ISBN 978-65-89242-80-2

1. Amazônia - Aspectos ambientais 2. Amazônia - Aspectos sociais 3. Amazônia - Condições econômicas 4. Relatórios I. Fundação Amazônia Sustentável.

22-120282

CDD-333.709811

Índices para catálogo sistemático:

1. Amazônia : Desenvolvimento sustentável : Economia ambiental 333.709811

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

CONTEXTO

A Fundação Amazônia Sustentável (FAS), a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas (Sema), com apoio financeiro da Coca-Cola Brasil, se uniram para implementar o projeto “Estratégia para a construção do arcabouço técnico e jurídico para a Reposição Hídrica na Amazônia”. O projeto visa elaborar instrumentos técnico-científicos para a regulamentação legal a fim de valorar os serviços hídricos no estado do Amazonas, incentivar os mercados de ativos ambientais e o investimento em conservação e melhoria da qualidade de vida dos povos da floresta.

Este objetivo foi alinhado para regulamentar e dar subsídios técnicos ao “Programa de Conservação dos Serviços Hídricos”, previsto no art. 14, § 4º, inciso V, da lei estadual Nº. 4.266 de 1º de dezembro de 2015.

Por meio deste contexto normativo, é possível visualizar a importância da iniciativa em viabilizar um programa de serviço ecossistêmico que vise a melhoria da qualidade da água, manutenção de sua quantidade e que contribua com a regulação hídrica e climática do estado do Amazonas em benefício de toda a sociedade.

O Pagamento por Serviços Ambientais para Conservação de Recursos Hídricos - PSA Hídrico - é um instrumento de compensação pelo serviço ambiental prestado pela água no ecossistema natural da floresta e das espécies que a compõem, buscando gerar benefícios, financeiros ou não, de acordo com os resultados positivos, repartidos de forma justa entre os Provedores-Recebedores de serviços hídricos, isoladamente ou acumulados.

Em virtude destes fatos, a iniciativa desenvolvida entre FAS e Sema para apoio na regulamentação da Lei de Serviços Ambientais do Amazonas se deu por meio da celebração do Termo de Cooperação Técnica nº 04/2019, assinado em 29 de maio de 2019, cujo extrato foi publicado no D.O.E. nº 34.017, Seção Publicações Diversas, pág. 22, em 06/06/2019, instrumento cujo objetivo foi a adoção de ações que possibilitaram o estabelecimento de um regime de mútua cooperação, abrangendo as atividades que visam apoiar na regulamentação da legislação em destaque.

Outras
publicações
da iniciativa





COMPONENTES E ENTREGAS

Os principais resultados, metas e lições aprendidas neste processo estão sistematizados por componentes para a construção de um arcabouço técnico e jurídico para a reposição hídrica na Amazônia da seguinte forma:

I. ELABORAÇÃO E CONSENSO TÉCNICO SOBRE REPOSIÇÃO HÍDRICA E VALORAÇÃO ECONÔMICA DO ATIVO AMBIENTAL “ÁGUA”;

- Avaliação econômica;
- Avaliação metodológica;

II. ARCABOUÇO LEGAL;

Produtos:

- Relatórios de apoio aos Estudos Técnicos;
- Minuta de Decreto de Regulamentação do Programa de Conservação dos Serviços Hídricos (PCSH);
- Incidência Política/Advocacy para apoiar na implementação de estratégias de engajamento para os atores-chave dos setores públicos, acadêmicos e sociedade civil;



III. PARTICIPAÇÃO SOCIAL E ENGAJAMENTO;

- Oficinas participativas para garantir a participação de comunidades tradicionais e indígenas, desenvolvendo a equidade de gênero nos processos de apoio à regulamentação e implementação associados ao Plano Estadual de Recursos Hídricos;
- Estratégia de Captação de recursos para elaboração de mapeamento propositivo de fontes, instrumentos e métodos de captação e recepção de recursos financeiros para implementação do Programa de Pagamentos de Serviços Ambientais Hídricos no Amazonas;

IV. COMUNICAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO;

- Campanha de comunicação, contendo o desenvolvimento de um plano de comunicação para o projeto; a produção de releases e briefings para a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema); além da participação no Fórum da Virada Sustentável, por meio do Evento “PSA Hídrico: Água e Amazônia; Elaboração do vídeo institucional do projeto.

EXPOSIÇÃO DAS ENTREGAS, SEUS DESTAQUES E CONTRIBUIÇÕES

1. AVALIAÇÃO ECONÔMICA DE RECURSOS HÍDRICOS

Metodologias para um sistema de PSA de recursos hídricos no Amazonas

A entrega teve a finalidade de desenvolver um estudo sobre as diferentes metodologias de valoração econômica de recursos hídricos para subsidiar o “Programa de Conservação dos Serviços Hídricos”, previsto na [lei estadual nº 4.266 de 1º dezembro de 2015](#).

O produto “Metodologias para um sistema de PSA de recursos hídricos no Amazonas: valoração econômica de recursos hídricos”, elaborado através da Mawe Consultoria e Projetos Ambientais, tem como principais destaques:

- A contextualização dos serviços ambientais e ecossistêmicos, expondo suas características e apresentando o Valor Econômico de Serviços Ambientais e Ecossistêmicos (medida do benefício provido por um bem ou serviço a um agente econômico, habitualmente expresso em unidades monetárias);
- Estudo a respeito da Valoração Econômica, apresentando conceitos e aplicações, além de métodos de valoração econômica, instrumentos que contribuem na captação das distintas parcelas de valor econômico do recurso ambiental água;
- O produto desenvolve estudos de casos de PSA relacionado à água, que são os casos de Bonito, em Mato Grosso do Sul (MS) e do Parque Estadual dos Três Picos (PETP) no Rio de Janeiro (RJ);
- Por fim, o material desenvolve um estudo técnico sobre os custos de proteção e manutenção do PETP, apresentando um modelo de determinação da tarifa, seus cálculos e o balanço hidrológico.



Foto: Dirce Quintino

2. AVALIAÇÃO METODOLÓGICA DE RECURSOS HÍDRICOS

Contribuições para o desenho e monitoramento de um programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) Hídricos na Amazônia

Esta avaliação realizou o desenvolvimento de estudo que analisa as diferentes metodologias existentes de reposição hídrica a fim de subsidiar o “Programa de Conservação dos Serviços Hídricos”, previsto na lei estadual [nº 4.266 de 1º dezembro de 2015](#).

O produto “Contribuições para o desenho e monitoramento de um programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) Hídricos na Amazônia” foi elaborado pela consultora Juliana Simões Speranza e apresenta as seguintes contribuições:

- O material contextualiza os serviços ecossistêmicos que a natureza oferece, com informações sobre sua importância e ressaltando que os serviços ecossistêmicos prestados pela Amazônia brasileira, se valorados, podem gerar US\$ 1,83 trilhão ao ano;
- Apresentação das características dos métodos da Embrapa e VWBA como estratégia de monitoramento e indicadores para programas de PSA Hídrico no Brasil;
- O trabalho também apresenta sugestões de indicadores e frequência para o monitoramento do PSA Hídrico;
- Por fim, destaca os elementos a serem definidos para a criação de marco legal de programa de PSA Hídrico do Amazonas.



3. RELATÓRIOS DE APOIO AOS ESTUDOS TÉCNICOS

Relatórios técnicos de atividades

Estes relatórios apoiaram nas atividades técnicas de implementação do projeto. João Rodrigo Leitão dos Reis foi o consultor que prestou serviços na sede da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema) vinculado à Coordenação de Políticas Públicas e Cooperação Internacional (PPCI). Dentre as principais atividades do consultor, destacam-se:



Foto: Victor Marques

- O apoio na realização de atividades de suporte e execução do projeto por meio da elaboração de [relatórios técnicos](#) e demais ações para documentação do projeto, organização de eventos, seminários e consultas públicas institucionais;
- Acompanhamento de políticas públicas e tendências internacionais relacionadas aos temas do projeto – como pagamento de serviços ambientais, recursos hídricos, valoração de serviços ambientais e conservação ambiental;
- O consultor também atuou por meio de advocacy com diferentes atores da sociedade.

4. MINUTA DE DECRETO DE REGULAMENTAÇÃO DO PCSH

Consultoria jurídica

A minuta do Decreto de Regulamentação do PCSH é outro destaque do projeto. Esta entrega elaborou o desenho do marco jurídico regulatório sobre Reposição Hídrica na Amazônia. A consultoria desta entrega foi prestada por Rotta e Moro Sociedade de Advogados, que dentre as principais atividades destacaram-se:

- Participação em reuniões de trabalho para preparação e consolidação da minuta do decreto, como entrevistas, reuniões e diálogos com atores-chave quanto aos pagamentos por serviços ambientais no estado do Amazonas - as contribuições e comentários obtidos a partir destas atividades foram incorporadas ao longo do texto da minuta;
- Elaboração da minuta de decreto sobre regulamentação do Programa de Conservação dos Serviços Hídricos do Sistema Estadual de Serviços Ambientais da [Lei nº 4.266/2015](#) – esta minuta foi elaborada com base na competência regulamentar do Poder Executivo estabelecida no art. 54, IV da Constituição Estadual por meio de decreto. Do ponto de vista material, considerou-se a interface das competências legislativa ambiental concorrente dos estados ([art. 24, VI, VII, VIII e XII da Constituição Federal de 1988](#)) em dispor sobre o aproveitamento de seus bens e utilização dos recursos hídricos sob seu domínio ([art. 25, §1º c/c art. 26, I e II, da Constituição Federal de 1988](#)) e da competência administrativa ou material comum dos entes federativos quanto à proteção do meio ambiente e combate à poluição em qualquer das suas formas, ao cuidado da saúde, à preservação da fauna e flora e à promoção da melhoria das condições de saneamento básico ([art. 23, II, VI, VIII e IX, da Constituição Federal de 1988](#));
- Elaboração de uma proposta de adequações ao arranjo de governança, captação e gestão financeira para regulamentação do Programa de Conservação dos Serviços Hídricos da Lei Estadual [nº 4.266/2015 previsto no art. 14, inciso V, § 4º](#), o qual instituiu a Política do Estado do Amazonas de Serviços Ambientais e o Sistema de Gestão dos Serviços Ambientais, dentre outros, além de fornecer outras providências.



Foto: Víctor Marques

Outro produto de apoio para a elaboração minuta de decreto sobre regulamentação do Programa de Conservação dos Serviços Hídricos é o documento descritivo sobre o Programa, também elaborado pela consultoria da Rotta e Moro Sociedade de Advogados.

Documento Descritivo

Dentre os principais itens do produto, destacam-se:

- Descrição de princípios e salvaguardas; da estrutura do PCSH no estado do Amazonas e os subprogramas e projetos que envolvem o tema;
- O documento ainda apresenta os critérios de elegibilidade para provedores recebedores nos projetos e subprogramas e desenvolve as áreas de abrangência do tema, além de apresentar estudo de como os recursos podem ser obtidos;
- Destaca-se também o desenvolvimento de estudo sobre a repartição de benefícios, os métodos de valoração da água;
- Por fim, o documento desenha as etapas da implementação de projetos de PCSH.

5. INCIDÊNCIA POLÍTICA – ADVOCACY

A prestação de consultorias jurídicas, realizada pela consultora Marcela Pacífico Michiles, apoiou na implementação de estratégias para o engajamento de atores-chave dos setores públicos, acadêmicos e sociedade civil, por meio do advocacy.

A consultoria teve o papel de participar de reuniões com a equipe técnica da FAS e da Sema; elaborar relatórios e demais ações para documentação do projeto; participar de colegiados e fóruns da Sema com o fim de acompanhar políticas públicas, tendências e legislações normativas internacionais, nacionais e subnacionais relacionadas aos temas do projeto, destacando:

- [Relatórios técnicos](#) de atividades realizadas junto a Sema.

6. OFICINAS PARTICIPATIVAS

Como forma de melhorar o entendimento entre as partes envolvidas e interessadas, o componente “Participação Social e Engajamento” preocupou-se em garantir a participação de comunidades tradicionais e indígenas, assim como a equidade de gênero nos processos de apoio à regulamentação e implementação associados ao Plano Estadual de Recursos Hídricos do Amazonas, por meio do instrumento do minipúblico, metodologia criada pelo Coletivo Delibera.

O instrumento de minipúblico, também chamado de Júri Cidadão ou Assembleia Cidadã, viabiliza a deliberação de determinado tema ao recrutar e sortear um grupo pequeno, porém representativo de uma comunidade ou população. Este instrumento auxilia a intenção de impactar na formulação e nas decisões governamentais e iniciativas de interesse público. Dentre os benefícios democráticos de um minipúblico, destaca-se a inclusão social e seu controle, o julgamento ponderado, a eficiência e a transparência.

A FAS implementou a metodologia de minipúblico para que a sociedade civil pudesse participar efetivamente no processo de construção de uma política pública de PSA Hídrico, buscando aderência à realidade do Amazonas. Desta maneira, a metodologia delibera sobre a melhor forma de governança para que esse recurso chegue ao destino que precisa.

Ressalta-se que a FAS é a instituição da região norte precursora na aplicação desta metodologia para consulta pública. As oficinas participativas (minipúblicos) foram desenvolvidas a partir de duas consultorias. A empresa Action Pesquisas de Mercado realizou o processo de recrutamento do público alvo para participação e contribuição nas oficinas virtuais no estado do Amazonas para o processo de construção do marco legal de regulamentação do PCSH da Lei Estadual nº 4.266/2015.



Processo de recrutamento

Sobre o processo de recrutamento, destaca-se:

- Dentre os 24 sorteados, 15 confirmaram e participaram das oficinas (minipúblicos). Já entre os 24 reservas, cinco confirmaram e participaram nas oficinas, totalizando 20 confirmados e presentes da primeira lista sorteada;
- Os quatro restantes foram selecionados do cadastro de recrutados (total de 87 indivíduos), obedecendo ao perfil a ser substituído, totalizando 24 participantes. Os participantes receberam, através de WhatsApp, o link para entrar na reunião, o convite e a cartilha fornecida pela FAS;
- Os selecionados estão dispostos nas seguintes cotas: quatro representantes de municípios do interior do Amazonas; oito representantes mulheres; oito representantes homens; dois representantes negros ou quilombolas e dois representantes LGBTQIA+;
- No primeiro dia das oficinas, que ocorreu em 23 de março de 2022, todos os 24 selecionados participaram;
- No segundo dia - 24 de março de 2022 -, uma pessoa enquadrada no perfil de representante do município do interior do Amazonas não conseguiu participar por questões pessoais, totalizando 23 pessoas.

Já por meio da consultoria realizada pela empresa Odara Desenvolvimento Evolutivo LTDA, foi planejado, organizado e facilitadas as oficinas virtuais deliberativas no estado do Amazonas, além de consultas online para o processo de construção do marco legal de regulamentação do Programa de Conservação dos Serviços Hídricos da Lei Estadual nº 4.266/2015, por meio da metodologia de deliberação desenvolvida pelo Coletivo Delibera, com o objetivo de promover a participação cidadã informada nos processos de tomada de decisão pública no Brasil. Destacando-se:

- [Cartilha](#) “Minipúblicos: PSA Hídrico no Amazonas”

Relatório das contribuições das oficinas de minipúblicos

Dentre as contribuições coletadas da participação social nas oficinas de minipúblicos, destacam-se:

- Indicações dos grupos e regiões prioritárias na implementação do Programa de Conservação dos Serviços Hídricos e quais os critérios adotados para a seleção dos provedores recebedores;

- Designação das categorias de áreas que devem ser priorizadas e qual o seu momento de priorização;
- Indicação das ações que devem ser remuneradas por serviços hídricos;
- Quais compromissos devem ser assumidos pelos provedores para receber o pagamento;
- Definição das modalidades de pagamento mais adequadas às ações de conservação e geração de renda;
- A forma como os provedores podem ser consultados quanto à repartição justa equitativa dos benefícios;
- Recomendações quanto às salvaguardas que devem ser asseguradas aos provedores de serviços hídricos;
- Sugestões quanto às ações para planejar e colocar em prática o PSA Hídrico a fim de proteger e garantir direitos, autonomia e obtenção de consentimento prévio livre e informado;
- Análise dos riscos e impactos negativos nos provedores-recebedores.

Como o PSA atua nisso?

Conectando aqueles que se beneficiam ou têm recursos disponíveis com as populações e entidades que realizam as ações de conservação, melhoria e recuperação dos serviços hídricos, repartindo benefícios, que podem ser monetários ou não monetários.

- Instrumentos econômicos que visam financiar e incentivar **ações/práticas e usos da terra que conservem, mantenham ou recuperem o meio ambiente** garantindo aos promotores os benefícios secundários, em benefício de bem estar da sociedade.
- Voluntariado**, monitoria e cumprimento aos instrumentos de comando e controle ambientais, visando ao uso prudente de recursos hídricos.
- Fundamentos nos princípios **do usuário-pagador** e **princípio-recolhedor**, pelos quais aqueles que se beneficiam dos serviços ambientais devem contribuir por meio de serviços, enquanto aqueles que contribuem para a sua geração devem ser compensados por proporcioná-los.
- Fundamento: Valorização dos ativos ambientais** do Estado do Amazonas.

Sejam bem vindos e bem vindas!

Estamos aguardando a chegada dos participantes, enquanto isso, aproveite o vídeo.

Minipúblico: PSA Hídrico no Amazonas

Março 2022

Áreas Prioritárias

Quais as categorias de áreas devem ser priorizadas?
Ex: áreas urbanas, áreas rurais, mananciais, igarapés, nascentes, unidades de conservação, terras indígenas, áreas ocupadas por povos e comunidades tradicionais, áreas no entorno de grandes empreendimentos, áreas de exclusão de pesca, etc.

Na área urbana, a questão do lixo é muito central nos igarapés.

É importante estar em diálogo e ouvir as muitas partes para ter mais eficiência. Deve ter regras e muitas rigorosas.

Realização das oficinas de minipúblico PSA Hídrico.

Você pode conferir as oficinas de minipúblico PSA Hídrico pelo YouTube:



7. CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Estudo de viabilidade econômica de um programa de PSA Hídrico para o estado do Amazonas

O componente elaborou um mapeamento propositivo de fontes, instrumentos e estratégias de captação e recepção de recursos financeiros para implementação do Programa de Pagamentos de Serviços Ambientais Hídricos no Amazonas, acompanhado de um desenho de modelo de negócios para Unidades de Conservação Estadual no Amazonas.

A atividade foi desenvolvida pela consultoria de Caroline Dionisio Vivaldi, destacando-se no material:

- O desenvolvimento de uma avaliação socioeconômica e ambiental do estado do Amazonas, levando-se em conta a caracterização do território e a população, junto da análise da pobreza e vulnerabilidade social. O trabalho desenvolve também uma análise sobre a saúde e o bem-estar, sobre educação, saneamento, energia e meio ambiente (com foco nos resíduos sólidos, Unidades de Conservação, hidrografia, Emissão de Gases de Efeito Estufa, queimadas e desmatamento);
- O produto elabora um mapeamento de fontes de recursos para o PSA Hídrico, destacando a importância do setor privado e indicando as fontes de recursos para o financiamento do PSA Hídrico no estado do Amazonas;
- Por fim, o material apresenta uma estratégia de captação de recursos para programas e projetos de PSA Hídrico do estado do Amazonas a partir de propostas de modelo.



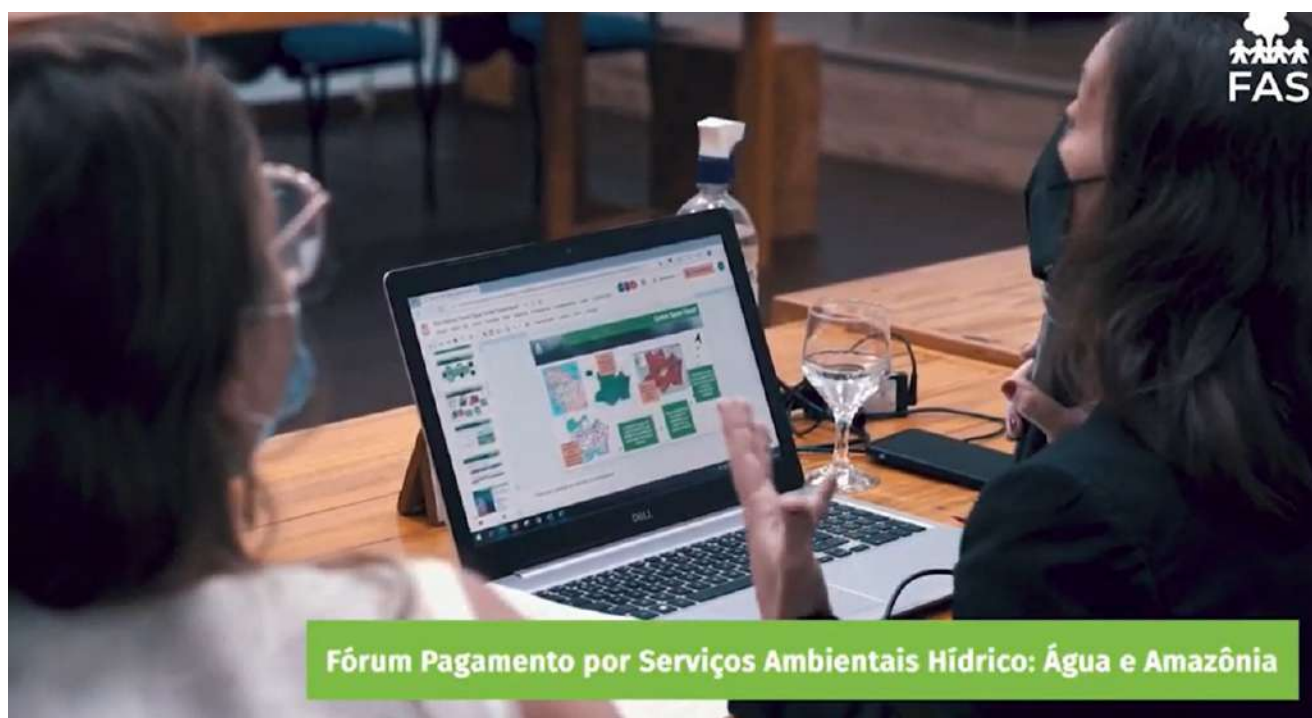
Evento “PSA Hídrico: Água e Amazônia”, realizado em 01/12/2021, no Fórum da Virada Sustentável.

8. CAMPANHAS DE COMUNICAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

O componente de comunicação teve como entrega campanhas de comunicação que foram desenvolvidas por meio da consultoria de Lucyleny de Souza Rocha, que prestou serviços de apoio em atividades relacionadas às áreas de comunicação, no âmbito do projeto.

Dentre as atividades desenvolvidas pela consultoria, destacam-se:

- Desenvolvimento de um plano de comunicação para o projeto;
- Produção de releases e briefings para a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema);
- Rotina de assessoria de comunicação da Sema;
- Desenvolvimento de conteúdo digital e jornalístico;
- Evento da Virada Sustentável Manaus - o evento, em sua 6ª edição, contou com um painel sobre a água e os pagamentos por serviços ambientais hídricos - onde foi ressaltado a relação da floresta com a água, destacando que o desafio deste tema é fazer a valorização/quantificação econômica e permitir, desta forma, a compensação daqueles que possuem uma pegada hídrica - assim como nos casos de carbono;



Fórum Pagamento por Serviços Ambientais Hídrico: Água e Amazônia.



Vídeo institucional do projeto “Estratégia para a Construção do Arcabouço técnico e jurídico para a Reposição Hídrica na Amazônia”.



Vídeo institucional do projeto “Estratégia para a Construção do Arcabouço técnico e jurídico para a Reposição Hídrica na Amazônia”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS - O POTENCIAL IMPACTO DO PSA HÍDRICO PARA O ESTADO DO AMAZONAS E SEU LEGADO

Por meio deste projeto, visualiza-se que a implementação de iniciativas de pagamento por serviços ambientais é uma estratégia que busca desenvolver resultados mais eficazes na proteção, restauração e conservação de ecossistemas.

Dentre os impactos do PSA Hídrico para o estado do Amazonas destaca-se a inovação na legislação ambiental estadual, contribuindo para a estruturação da economia dos serviços e produtos ambientais e para o alcance da justiça social e ambiental.

Outra repercussão positiva do projeto diz respeito ao processo participativo da sociedade civil - principalmente de comunidades tradicionais e indígenas, assim como a equidade de gênero - para a regulamentação do Programa de Conservação dos Serviços Hídricos da referida lei estadual Nº 4.266/2015, visto que se desenvolveu por meio do fomento à inclusão social, eficiência e transparência.

Dentre os legados deste projeto, destaca-se o caráter garantista em manter a quantidade de água e seu abastecimento, além do ímpeto de conservar os habitats e espécies aquáticas, sua biodiversidade e promoção da inclusão social no momento de elaboração do decreto.

Por fim, ressalta-se a promoção na geração de renda através do manejo e do uso sustentável da biodiversidade aquática, além de ações de manutenção, recuperação e melhoria dos serviços hídricos mediante a adoção de práticas conservacionistas dos ecossistemas e soluções baseadas na natureza quanto à qualidade e disponibilidade de serviços hídricos, em particular para gestão de resíduos sólidos, efluentes e acesso à água potável, além da mitigação de emissão de poluentes em áreas relevantes para produção e conservação de serviços hídricos, tanto em áreas rurais quanto urbanas.

Fundação Amazônia Sustentável (FAS)

Fundada em 2008 e com sede em Manaus/AM, a Fundação Amazônia Sustentável (FAS) é uma organização da sociedade civil e sem fins lucrativos que dissemina e implementa conhecimentos sobre desenvolvimento sustentável, contribuindo para a conservação da Amazônia.

A instituição atua com projetos voltados para educação, empreendedorismo, turismo sustentável, inovação, saúde e outras áreas prioritárias. Por meio da valorização da floresta em pé e de sua sociobiodiversidade, a FAS desenvolve trabalhos que promovem a melhoria da qualidade de vida de comunidades ribeirinhas, indígenas e periféricas da Amazônia.

Confira os programas da FAS:

Programa de Gestão e Transparência (PGT)	Por meio de mecanismos e instâncias de gestão, o PGT atua junto à comunidade interna, com planejamento e avaliação de resultados de programas e projetos.
Programa Floresta em Pé (PFP)	O PFP está focado em quatro ações estratégicas: geração de renda, empreendedorismo, infraestrutura e empoderamento comunitário.
Programa Saúde na Floresta (PSF)	Resultado de ações da Aliança Covid Amazônia, o PSF qualifica o acesso à saúde, com políticas públicas e capacitações de profissionais da área.
Programa de Educação para a Sustentabilidade (PES)	Os trabalhos do PES são voltados à formação de crianças e adolescentes, garantindo oportunidades para uma educação mais inclusiva e de qualidade.
Programa de Soluções Inovadoras (PSI)	Com base em tecnologias sociais e soluções para a sustentabilidade desenvolve-se o PSI, cujos trabalhos focam em parcerias técnicas em PD&I.
Programa de Empreendedorismo e Negócios Sustentáveis (Pensa)	O PENSA auxilia empreendedores de comunidades ribeirinhas e indígenas com incubadora, cursos, oficinas e consultorias para gerir negócios inovadores e acessar créditos.



Contato

Manaus / Amazonas
Rua Álvaro Braga, 351 Parque 10 | CEP 69054-595
(92) 4009-8900 / 0800 722-6459

www.fas-amazonia.org



/fasamazonia

Secretaria do
Meio Ambiente



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO